

Março | 2012
Edição n. 4

Aumento Temporário do Imposto de Importação: principais aspectos do novo mecanismo que permitirá o aumento temporário da alíquota do imposto de importação para até 100 produtos. [pág. 02-03]

Plano Brasil Maior: monitoramento das medidas implementadas até o momento em relação ao pilar de defesa comercial do Plano Brasil Maior. [pág. 03-04]

Renovação do **Acordo de Cooperação entre FIESP e INMETRO** sobre Barreiras Técnicas às Exportações Brasileiras [pág. 05]

Outras medidas de defesa comercial: no Brasil, destaca-se a recente criação do Grupo Técnico de Avaliação do Interesse Público (GTIP) e a abertura da investigação de salvaguarda relativa às importações brasileiras de vinho. Nos Estados Unidos, nota-se a eliminação do *zeroing* em revisões de direitos antidumping. [pág. 05-06]

Diálogos com Autoridades Públicas: o programa da FIESP para combater práticas ilegais nas importações fechou seu ciclo de visitas a portos e pontos de fronteira brasileiros em 2011 e terá continuidade em 2012. [pág. 05]

Propriedade intelectual (*Special 301*): a FIESP, em conjunto com outras entidades, solicita que os Estados Unidos retirem o Brasil da lista de violação dos direitos de propriedade intelectual. O documento elaborado pelas entidades aponta os principais avanços do Brasil em propriedade intelectual. [pág. 06-07]

Defesa comercial no Brasil: uso de instrumentos de defesa comercial no Brasil em 2011 e perspectivas para 2012. [pág. 07]

Aumento Temporário do Imposto de Importação

O Brasil adotará um novo mecanismo que permite o aumento temporário da alíquota do imposto de importação para até 100 produtos (NCMs) originários de países que não integram o Mercosul.

A medida faz parte do Plano Brasil Maior, tendo sido aprovada em dezembro do ano passado pelo Mercosul, com o objetivo de neutralizar os desequilíbrios comerciais derivados da atual conjuntura econômica internacional ([Decisão CMC nº 39/11](#)).

• Como fazer?

Para requerer o aumento temporário do imposto de importação os interessados deverão preencher formulário específico (Anexo I da [Resolução Camex nº 5/12](#)).

Será necessário informar, dentre outros elementos: (i) a alíquota e prazo do aumento pretendido, além de sua justificativa e impactos; e (ii) a capacidade instalada, produção, consumo, importações, exportações, preços e estrutura de custos de fabricação do produto em questão.

• Para quem enviar?

O pedido deverá ser entregue em duas vias, uma delas eletrônica, ao Protocolo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, destinado à Secretaria Executiva da Camex.

• Qual é o prazo para envio?

O formulário deverá ser entregue até 2 de abril.

• Quem poderá enviar?

O formulário poderá ser enviado por instituição representativa de classe, empresas ou procuradores devidamente constituídos.

• Quem aprovará?

O processo para a aprovação da lista brasileira de até 100 produtos divide-se em duas etapas.

No Brasil, a análise se inicia pelo Grupo Técnico sobre Alterações Temporárias da TEC do Mercosul (GTAT-TEC), cuja recomendação será enviada para a decisão do Comitê Executivo de Gestão da Camex (Gecex) ou do Conselho de Ministros da Camex.

No Mercosul, os formulários serão submetidos aos demais Estados Partes, os quais terão 15 dias úteis para se manifestar contrariamente. Caso não o façam, o Brasil poderá adotar o aumento de forma imediata.

• Qual a duração do aumento?

A elevação poderá ocorrer por até 12 meses, com a possibilidade de prorrogação por igual período, desde que mantidas as circunstâncias que motivaram a medida. A validade máxima do mecanismo será até dezembro de 2014.

• Há limites para o aumento?

O aumento do imposto deverá respeitar o teto tarifário consolidado pelo Brasil na OMC para o produto.

• O mecanismo está em vigor?

Para que o mecanismo entre em vigor ainda deverá ser realizada a internalização no ordenamento jurídico de todos os membros do Mercosul. O mecanismo entrará em vigor 30 dias após comunicação da Secretaria do Mercosul sobre mencionada internalização.

• E a Lista de Exceção à TEC?

O mecanismo de aumento temporário por razões de desequilíbrios comerciais funcionará de forma paralela à atual Lista de Exceção à Tarifa Externa Comum (LETEC).

A LETEC, que também é um mecanismo de alteração temporária, permite a redução e o aumento das alíquotas de importação.

Monitoramento do Plano Brasil Maior

O quadro abaixo identifica as medidas implementadas até o momento no que se refere ao [pilar de defesa comercial](#) do **Plano Brasil Maior**, anunciado pelo governo em agosto de 2011.

Medida Anunciada	Implementação	Atuação FIESP
Quadruplicar o número de investigadores de defesa comercial	Publicação da Lei 12.545/11 sobre a criação de 120 cargos de analista de comércio exterior Publicação da Portaria 608/11 , autorizando a realização de concurso público para a contratação de 157 cargos de analista de comércio exterior Aguarda-se a publicação de edital do concurso, que deverá ocorrer até junho de 2012	Apoio à criação dos cargos
Intensificação da defesa comercial	Consulta pública pela Secex para a revisão das regras sobre investigações de dumping (aguarda-se a publicação das novas regras) Alterações nas regras sobre os pedidos de abertura de investigação (Portaria Secex nº 46/11) Aperfeiçoamento dos procedimentos de trabalho do Grupo Técnico de Defesa Comercial (GTDC) (Res. Camex nº 82/11) Criação de protocolo setorial e arquivo específico para o Decom (Portaria MDIC nº 293/11) Anúncio da futura criação de processo digital	Envio de 28 propostas de alteração Análise e interlocução com a Secex
Combate à circunvenção	Encerramento de investigações de circunvenção para cobertores e tecidos de felpa, com aplicação de direitos contra três países Abertura de investigações de circunvenção, contra três países, referentes às importações brasileiras de calçados	Monitoramento de desvios ao pagamento de direitos antidumping
Combate à falsa declaração de origem	Publicação da Lei 12.546/11 sobre regras para a investigação de fraudes de origem pela Secex e Receita Publicação do procedimento para investigação pela Secex (Portaria Secex nº. 39/11) Publicação de 8 decisões de indeferimento de licenças de importações por descumprimento de regras de origem	Apoio e interlocução com a Secex e a Receita Apoio a diversos pedidos setoriais
Aumento da exigência de certificação	Publicação da Lei 12.545/11 sobre a competência do Inmetro na elaboração de	Apoio à emenda do Dep. Mendes Thame sobre a

Medida Anunciada	Implementação	Atuação FIESP
compulsória	certificação compulsória e na anuência nas importações <u>Obs.:</u> Ao contrário do anunciado, não se permitiu livre acesso aos recintos alfandegados Previsão de acordo entre o Inmetro e Receita para a atuação coordenada na fiscalização de importações sujeitas à certificação compulsória Autorização da nomeação de 150 novos servidores para o Inmetro (Portaria nº 296/11)	atuação do Inmetro. Interlocução com o Inmetro, a Receita e a Secex. Reunião com o Inmetro e entidades setoriais
Combate a preços subfaturados	Criação do Grupo de Inteligência de Comércio Exterior para combater práticas desleais e ilegais nas importações (Port. MDIC/MF nº 149/11) Ações de prevenção e repressão às ilegalidades no comércio exterior pela Secex e pela Receita Previsão de criação, pela RFB, do Centro Nacional de Gestão de Riscos Aduaneiros	Interlocução com a Secex e a Receita Apoio a diversos pedidos setoriais
Aumento Temporário do Imposto de Importação	Aprovação de mecanismo pelo Mercosul que permite o aumento temporário do imposto de importação para até 100 linhas tarifárias (Decisão CMC nº 39/11) Publicação de formulário para o pedido e criação de grupo interministerial para análise dos pleitos enviados (Resolução Camex nº 5/12) Aguarda-se a entrada em vigor do mecanismo	Interlocução com o MRE, MDIC e Camex Assessoria aos Sindicatos
Fortalecimento do combate a importações ilegais	Acordo de cooperação técnica entre o MDIC e o Ministério da Justiça para a atuação conjunta da Secex e Polícia Federal no combate às práticas ilegais no comércio exterior (crime organizado, contrabando, descaminho de bens e valores e tráfico internacional) Plano de detalhamento da atuação de cada órgão (em elaboração)	Interlocução com a Secex

Outras medidas de Defesa Comercial

Brasil

Grupo Técnico de Avaliação do Interesse Público (GTIP): criado em março de 2012 (Res. Camex nº 13/12), o GTIP possui o objetivo de analisar a suspensão ou alteração de medidas antidumping e compensatórias definitivas, bem como a não aplicação de medidas antidumping e compensatórias provisórias, por razões de interesse público. O GTIP será composto por representantes dos Ministérios que integram a CAMEX e presidido pela Secretaria Executiva dessa Câmara.

Abertura de investigação de salvaguarda: em março de 2012, foi publicada a abertura da investigação de salvaguarda relativa às importações brasileiras de vinho. Até hoje, apenas três produtos conseguiram a abertura de investigações de salvaguarda no Brasil: brinquedos, coco ralado e mídias ópticas. Somente em dois desses casos a medida foi aplicada (brinquedos e coco ralado).

Estados Unidos

Zeroing: o *zeroing* corresponde a uma metodologia de cálculo aplicada em investigações de dumping que resulta em margens de dumping artificialmente infladas. Em termos técnicos, significa excluir, no cálculo da margem de dumping, os preços de exportação superiores ao valor normal. Tal prática pode prejudicar exportadores brasileiros sujeitos à investigação de dumping nos Estados Unidos, único país que ainda aplica a prática em questão.

Após a condenação em diversas disputas da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2007 os Estados Unidos eliminaram o *zeroing* de investigações originais. Todavia, a prática persistia nas revisões de direito antidumping.

Em dezembro de 2010, os Estados Unidos realizaram consulta pública com o intuito de eliminar o uso da metodologia de *zeroing* de revisões administrativas de medidas antidumping. A FIESP, em conjunto com outras entidades, apresentou propostas para aprimorar as regras norte-americanas.

Em fevereiro de 2012, os Estados Unidos publicaram uma norma com a nova política metodológica para o cálculo da margem de direito antidumping, prevendo a eliminação da utilização do *zeroing* em revisões administrativas de medidas antidumping. Entretanto, a legislação norte-americana ainda possui lacunas que podem ensejar o uso de mecanismos protecionistas. Ressalte-se que a norma em questão entrará em vigor em abril de 2012.

Acordo de Cooperação entre FIESP e INMETRO

A FIESP e o Inmetro [renovaram o acordo de cooperação](#) para o monitoramento de barreiras técnicas às exportações brasileiras.

Com validade até setembro de 2015, o acordo busca fortalecer a aproximação entre o setor privado e o governo, a fim de identificar e superar obstáculos de natureza técnica prejudiciais às vendas brasileiras ao exterior.

Assim, a consolidação desta parceria tem contribuído fortemente para a promoção das exportações brasileiras, bem como para a busca de maior igualdade na competição entre os produtos brasileiros e importados.

Em 2011, tal cooperação resultou, dentre outras ações, na assessoria técnica a diversos setores, na participação do Inmetro no Seminário "[Diálogos para a Defesa da Indústria](#)", promovido pela FIESP, e na inclusão do serviço "[Alerta Exportador!](#)" na [página eletrônica da Federação](#).

Já para o ano de 2012, as entidades pretendem realizar na FIESP um programa de capacitação do empresariado sobre a avaliação da conformidade – considerada, atualmente, uma ferramenta estratégica para a indústria brasileira.

Diálogos com Autoridades Públicas

O programa Diálogos com Autoridades Públicas, que tem como objetivo o combate às práticas ilegais nas importações, registrou em 2011 visitas a dez portos e pontos de fronteira brasileiros, com a participação de 340 servidores públicos.

Em 2012 a FIESP dará continuidade ao programa, buscando visitar e revisitar os mais relevantes pontos de entrada de mercadorias no País. O primeiro Diálogo será realizado no Porto de Vitória, em 28 de março.

Brasil e Propriedade Intelectual nos Estados Unidos (*Special 301*)

Pelo quarto ano seguido, a FIESP participou do procedimento de revisão de políticas e práticas de propriedade intelectual ("PI") - conhecido como *Special 301* - conduzido anualmente pelo governo dos Estados Unidos (USTR).

Desde 2007, o Brasil é classificado na lista de países em observação (*watch list*), que representa a posição mais branda, referente a países com violações pontuais à PI.

A manifestação da FIESP, em conjunto a CNI, o *Brazil Industries Coalition* (BIC) e o Conselho Empresarial Brasil - Estados Unidos (CEBEU), **solicita a retirada do Brasil da lista de observação.**

A FIESP defende que o ambiente brasileiro de proteção à PI tem avançado de maneira significativa, em razão dos esforços do governo e da iniciativa privada, tais como:

- Aumento no número de operações, prisões e apreensões de mercadorias pelos órgãos fiscalizadores do comércio exterior (Receita Federal, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal);
- Apreensões recorde da Receita em 2011, equivalente a R\$ 1,5 bilhão em mercadorias, decorrentes de práticas ilegais (aumento de 16% em relação a 2010);
- Planejamento, pelo "Plano Brasil Maior", de esforços consideráveis no combate às ilegalidades no comércio exterior, incluindo violações à PI. Nesse sentido, foi criado o Grupo de Inteligência de Comércio Exterior (Receita e MDIC) e está prevista a criação do Centro Nacional de Risco Aduaneiro (Receita);
- Assinatura de acordo de cooperação entre o MDIC e o Ministério da Justiça para combater ilegalidades nas importações (crime organizado, contrabando, descaminho e tráfico internacional);
- Compromisso do governo e empresas brasileiras em investir em inovação para aumentar a competitividade e promover o desenvolvimento socioeconômico. A inovação foi definida como pilar estratégico do "Plano Brasil Maior", com medidas para fortalecer o financiamento em pesquisa, além da previsão de reforma e expansão da legislação;
- Redução do prazo de análise de patentes de 8,3 anos em 2010 para 5,4 anos em 2011. Desde 2006, o INPI reduziu em 53% o prazo de análise de patentes;
- Reuniões bilaterais de grupos de trabalho sobre PI entre o governo do Brasil e de terceiros países (China, Estados Unidos, União Europeia e Japão);
- Mobilização para a adesão do Brasil ao Protocolo de Madri relativo ao Registro Internacional de Marcas;
- Realização de programa de combate à pirataria organizado pela FIESP, em parceria com a Receita, o INPI, o Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP) e entidades setoriais privadas. Desde 2006, foram visitados 55 portos, aeroportos e pontos de fronteira, com a participação de mais de 2.000 servidores públicos;
- Criação de um grupo de trabalho para discutir os limites da atuação entre o INPI e a Anvisa na análise da concessão de patentes envolvendo medicamentos;
- Avanços em projetos educacionais conduzidos por entidades privadas (CNI, SENAI, FNCP), com o objetivo de diminuir a demanda por bens pirateados.

O procedimento autoriza o governo norte-americano a retaliar unilateralmente os países considerados violadores à PI, ainda que a legislação e práticas desses países estejam em conformidade com a OMC.

A manifestação do setor privado brasileiro foi enviada no dia 10 de fevereiro aos Estados Unidos, e no mês de abril o USTR publicará o Relatório 2012 do *Special 301*, com o novo enquadramento dos países analisados.

Brasil como usuário de defesa comercial

O término da vigência de 19 direitos antidumping em 2012 tende a aumentar a aplicação de medidas de defesa comercial pelo Brasil, já que provavelmente haverá pedido de revisão na maioria dos casos.

Atualmente, o Brasil tem **89 medidas de defesa comercial** em vigor e **38 investigações** em curso.

Em 2011, foram iniciadas **24 investigações** sobre dumping, subsídios e elisão de direitos antidumping. Além disso, foram aplicados **16 direitos antidumping definitivos** e **12 provisórios**.

No primeiro semestre de 2011, o Brasil foi o país que mais iniciou investigações de dumping (11), de acordo com dados da OMC¹. No mesmo período, o Brasil foi o terceiro país que mais aplicou medidas antidumping (5), após Índia (7) e Argentina (6).

EQUIPE TÉCNICA

Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP

Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior – DEREK

Diretor Titular: Roberto Giannetti da Fonseca

Gerente: Frederico Arana Meira

Área de Defesa Comercial

Consultor: Domingos Mosca

Estagiário: Bruno Alves de Lima

Equipe: Ana Carolina Meira, Carolina Cover e Jacqueline Spolador

Endereço: Av. Paulista, 1313, 4º andar – São Paulo/SP – 01311-923

Telefones: (11) 3549-4449 / 4761 / 4221 Fax: (11) 3549-4730

¹ As estatísticas da OMC não consideram investigações ou direitos relacionados à revisão de medidas antidumping.